

Edição v. 42
número 1 / 2023

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 42 (1)
jan/2023-abr/2023

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

DOSSIÊ

Padronizar ou calar: produção de sentidos, violências simbólicas, normatizações e silenciamentos em discursos jornalísticos sobre sexualidade feminina¹

Standardize or silence: production of meanings, symbolic violence, norms and silencing in journalistic discourses on female sexuality

ROGÉRIO PEREIRA BORGES

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) / Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
E-mail: rogeriopereiraborges@hotmail.com.
ORCID: 0000-0002-0173-8926.

¹ Texto resultante do projeto de pesquisa Mudanças Estruturais das Práticas Jornalísticas na Era Digital, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, coordenado pelo autor, tendo como aluna de Iniciação Científica, com bolsa de estudo financiada pelo CNPq, a estudante Victória Lacerda Rocha.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BORGES, Rogério Pereira. Padronizar ou calar: produção de sentidos, violências simbólicas, normatizações e silenciamentos em discursos jornalísticos sobre sexualidade feminina. Contracampo, Niterói, v. 42, n. 1, p. 01-14, jan./abr. 2023.

Submissão em: 26/01/2022. Revisor A: 16/08/2022; Revisor B: 25/01/2023. Aceite em: 25/01/2023.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v42i1.52981>

Resumo

O presente artigo debate, a partir de discursos jornalísticos publicados no jornal Folha de S. Paulo e na revista digital AzMina, como produções de sentidos sobre sexualidade feminina ainda padecem de lógicas que incorrem em normatizações e silenciamentos quanto a assuntos considerados tabus. Ao mesmo tempo, o texto reflete acerca de dinâmicas jornalísticas diferenciadas entre um veículo tradicional e outro alternativo, o que é projetado nas formas como pautas são abordadas e na distinção dos respectivos discursos. Como suportes teóricos, discute-se Análise de Discurso, espiral do silêncio, critérios de noticiabilidade e construção social da realidade, além de temáticas atinentes a violências simbólicas ligadas à sexualidade das mulheres, às escolhas quanto ao seu próprio corpo e aos estereótipos que orbitam esse campo.

Palavras-chaves

Sexualidade; Feminino; Violências simbólicas; Jornalismo; Corpos.

Abstract

This article discusses, based on journalistic discourses published in the newspaper Folha de S. Paulo and in the digital magazine AzMina, how productions of meanings about female sexuality still suffer from logics that incur in norms and silencing regarding topics considered taboo. At the same time, the text reflects on journalistic dynamics differentiated between a traditional vehicle and another designated as alternative, which is projected in the ways in which agendas are approached and in the distinction of the respective speeches. As theoretical supports, Discourse Analysis, spiral of silence, newsworthiness criteria and social construction of reality are discussed, in addition to themes related to symbolic violence linked to women's sexuality, choices regarding their own bodies and the stereotypes that orbit this field.

Keywords

Sexuality; Feminine; Symbolic violence; Journalism; Bodies.

Introdução

As formas pelas quais os meios de comunicação abordam temas relacionados a sexualidades e identidades de gênero desperta interesse nas mais diversas esferas sociais. Embora as mídias sejam diversas em suas abordagens, interesses, culturas organizacionais, públicos destinatários e linhas editoriais, temas relacionados às subjetividades e intimidades estão presentes há muito tempo nos produtos midiáticos – seja por intencionalidades educativas, seja por objetivos sensacionalistas e lucrativos.

O interesse das estruturas sociais pelas subjetividades do corpo humano é antigo, surgindo antes mesmo de cair nas graças das narrativas midiáticas. Segundo Michel Foucault (2015), a partir do século XVIII o corpo humano passou a ser visto como um objeto de micropoder, por meio do qual sua disciplinarização constituía um eficiente meio de controle e de poder social. Instituições como prisões, hospícios, quartéis, empresas e escolas operavam de maneira contínua um sutil e sofisticado processo de adestramento e naturalização de normas e valores que seriam internalizados pelos sujeitos da sociedade.

Este era o modelo de sociedade disciplinar descrito por Foucault vigente até a Segunda Guerra. Nesse contexto de sociedades de massa pós-industriais, observa o autor, embora as temáticas da vida íntima tivessem sido aparentemente confinadas aos ambientes privados pela difusão de valores sociais focados no trabalho, o fato é que tais interesses nunca deixaram de estar presentes nos mais variados ambientes discursivos.

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência (FOUCAULT, 2015, p. 36-37).

Emergiu nesse momento histórico a chamada sociedade de controle, conforme definição do filósofo Gilles Deleuze, na qual os mecanismos de comando apresentaram-se como “cada vez mais democrático”, em que as massas foram substituídas por um individualismo acentuado pelas tecnologias e pelos meios de comunicação, e o paradigma disciplinar de poder é substituído por aquilo que foi chamado de biopoder, ou seja “a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando” (SILVA, 2013, p. 1).

Novamente, as subjetividades dos indivíduos se viram submetidas a variados sistemas de controle e de normatização, não mais ligados unicamente aos limites físicos ou aos rígidos ditames das instituições com seus processos de “adestramento social” internalizados, como escola ou igreja, mas agora engendrados por dispositivos fluidos difundidos na sociedade e independentes de vigilância alheia. O controle passou a operar não de fora para dentro, mas no cerne do imaginário de cada indivíduo, por meio da influência das celebridades do cinema, da propaganda, do padrão de beleza vigente e os mais variados bens de consumo “vendidos” para toda a sociedade. Contudo, mesmo sendo perceptível a recorrência destes temas nas narrativas midiáticas, seus efeitos e suas características ainda eram desconhecidos. Algo que se dá por diversas estratégias que reforçam estereótipos e conduzem a retroalimentações de mentalidades das quais é difícil se desvencilhar, sobretudo quando se pensa nos papéis destinados às mulheres nesse cenário, em que elas são, histórica e constantemente, padronizadas ou caladas.

Nesse sentido, vamos analisar como essas violências simbólicas, por meio de normatizações e silenciamentos, dão-se em discursos jornalísticos de dois veículos de comunicação com perfis distintos – um jornal tradicional (Folha de S. Paulo) e um considerado alternativo (a revista digital AzMina) – no que tange à sexualidade feminina e ao corpo das mulheres, instâncias que são alvos de enormes cargas de invisibilização e estereotipização. São processos que configuram violências simbólicas e práticas, ganhando sentidos discriminatórios, preconceituosos e sexistas, nas ideias e no próprio corpo físico. Veremos que

é possível dar tratamentos distintos a essas temáticas a depender da forma como elas são abordadas e que não bastam meras intencionalidades para, efetivamente, atribuir-lhes visões mais libertárias e que escapem de estigmas.

Predominância masculina

A preocupação com a constituição de explicações teóricas a respeito de questões relacionadas à sexualidade, ao gênero e ao poder em meio aos discursos midiáticos surge especialmente a partir da emergência das temáticas feministas entre os Estudos Culturais ingleses. Segundo Stuart Hall (2016), a ruptura teórica feminista a partir da década de 1960 contribuiu para uma ampliação da compreensão de “poder”, a qual anteriormente se relacionava somente às questões da esfera pública, deixando de fora aspectos ligados à vida privada e à cultura popular. Autoras como Simone de Beauvoir (2016), Betty Friedan (2020) e Kate Millett (1969) levantaram abordagens pioneiras sobre como a subjetividade, as sexualidades e as identidades de gênero interferem na construção do imaginário popular, no sistema sociopolítico e no *establishment* vigente.

De acordo com Beauvoir (2016), “o mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente” (vol. 1, p. 95). Ainda segundo ela, “a própria mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; os homens modelaram-no, dirigiram-no e ainda hoje o dominam” (2016, vol. 2, p. 408). Este é um peso muito grande e que também é exercido sobre e pelos veículos de mídia, que desde os seus primórdios não escaparam dessa dinâmica, por mais violenta que ela tenha se revelado. Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir tenta não só compreender os fatores que levaram a tal cenário, mas também propor reflexões de como transformar um contexto historicamente formado, muitas vezes com argumentos pseudobiológicos, que ela refuta em vários momentos.

Em *Eros e Civilização*, Herbert Marcuse (2018) elabora algumas dessas indagações, aproximando as questões eminentemente sociais da psicanálise, sobre a qual tece críticas em sua concepção freudiana, sem, contudo, deixar de reconhecer a validade de certos conceitos e trilhas teóricas ali encontradas. Nessa direção, ele analisa o que chama de “civilização repressiva”, na qual se espelham o que define como “herança arcaica do ser individual”, com repercussões na coletividade. Esses processos se configuram nas normatizações da sexualidade e das violências impostas a gêneros.

Com a popularização e massificação dos discursos midiáticos, eles ganharam mais protagonismo, sendo variáveis consideráveis na equação da sedimentação e difusão da ideia deste “mundo dos machos”, de que fala Beauvoir (2016). O desejo de averiguar as formas como os discursos midiáticos representam e naturalizam aspectos ligados à sexualidade e ao gênero recaía especialmente sobre os discursos jornalísticos por uma boa razão: para além de um campo de produção de informação, ele pode ser compreendido como instância de construção de poder e de saber.

Investigando as relações e práticas, bem como os discursos produzidos nas instâncias de poder e de saber, pode-se não apenas compreender os modos como estas produções se inscrevem no social, mas fundamentalmente compreender “o trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável [que] é posto em ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade ‘legítimos’” (LOURO apud SILVA, 2010, p. 58).

Para Silva (2010, p. 62), a forma como as narrativas jornalísticas reproduzem e caracterizam diferentes gêneros possui imbricações diretas em nossa cultura, no sistema de valores sociais, e mesmo em como os indivíduos são capazes de constituir e reconhecer as ‘normas’ comportamentais existentes. Isso ocorre porque, para a autora, o jornalismo possui o poder de legitimar os conhecimentos e saberes por ele noticiados, mas também “porque a mídia participa dos processos didáticos de explicação dos conhecimentos que devem ser partilhados e tomados como norteadores da sociedade”, e com isso “tem ingerência direta nas configurações das convenções sociais” (SILVA, 2010, p. 62). Como pondera Pierre

Bourdieu (2007, p. 160), “não há posição no sistema de produção e circulação de bens simbólicos (...) que não envolva um tipo determinado de tomadas de posição e que não exclua também todo um repertório das tomadas de posição abstratamente possíveis”.

Seguindo essa premissa, o jornalismo possuiria em seu discurso importante poder simbólico, potencial de construção de significados e de normatização de valores culturais, de forma que a mídia em geral pode ser descrita como uma das principais “instâncias pedagógicas culturais” desde o surgimento das sociedades de massa. E nessa “posição social” privilegiada, o jornalismo toma decisões, faz escolhas em detrimento de outras opções possíveis, por vezes referendando o que a sociedade costuma considerar “correto” ou “natural”, ainda que sejam ideias machistas e violentas.

Todos os dias somos convidados a conhecer, através da mídia, as verdades sobre como devemos nos portar, as “dicas” para viver melhor, os perfis comportamentais mais “adequados”, os modos legítimos de viver nossa sexualidade, adornar nossos corpos, enfim, como comportarmo-nos e sujeitarmo-nos como “normais” e “aceitos” (SILVA, 2010, p. 30).

Esses processos de produção de sentido a respeito daquilo que circula nas esferas sociais muitas vezes ocorrem de maneira tênue, de forma velada. Eles se dão cada vez que um comportamento, uma norma ou um valor de nossa cultura é naturalizado ou julgado, na forma de um posicionamento, um comentário, uma exposição negativa ou positiva, um espaço de fala privilegiado nos noticiários. Processos que ocorrem de maneira a legitimar campos sociais, comportamentos e valores, ao passo que desqualifica tantos outros, sendo reproduzidos de “forma lúdica, atrativa, consumível, veloz, inteligível e, sobretudo, como parâmetro da realidade” do qual dispõe o discurso jornalístico (SILVA, 2010, p. 27).

Conforme observa Fischer (apud SILVA, 2010, p. 62), a produção midiática caracteriza-se por seu apelo ao real concreto, por seu discurso de serviço ao interesse público e, especialmente, por seu potencial de agendar aquilo que é discutido e apreendido pelo público nas sociedades, de forma que “o que não está na mídia (...) cada vez mais vai se tornando estranho aos modos de conhecer, aprender e sentir do homem contemporâneo”. De acordo com Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), que levantaram a hipótese do *agenda-setting*, não é possível comprovar com total certeza o processo de que a mídia pode pautar a sociedade ou influenciá-la com os assuntos que deseja que sejam discutidos pela opinião pública, mas eles demonstram que há uma “coincidência muito grande” entre as temáticas levantadas ou cobertas pelos veículos de comunicação e os apelos que movimentam os debates nas audiências – no caso, em uma campanha política. Evidentemente que esta é uma hipótese que precisa ser incessantemente confirmada na medida que os processos comunicacionais mudam, mas ela não deixa de ser útil para reflexões sobre a reprodução constante de determinadas visões de mundo que podem gerar ideias de homogeneidades.

Todo esse processo normatizador característico das mídias e do jornalismo, compreendido por alguns autores como uma construção da realidade social, é ainda mais intensificado pelo pretense discurso positivista do meio, que busca atribuir a si ideais de objetividade e imparcialidade validadores de suas mensagens como porta-voz da opinião pública (SCHONS, 2019, p. 45). Construção social da realidade que se dá por meio de interações e valores partilhados, como atestam Berger e Luckmann (2010, p. 209) ao definirem o “interacionismo simbólico” e as “interiorizações das estruturas sociais”. Essa teia de referências e formas de pensamento, fazendo do mundo uma “realidade subjetiva” (Ibid, p. 167), de que falam os autores, baseia uma influente teoria jornalística, a construcionista (ALSINA, 2009), que confronta a ideia de que os fatos são total e objetivamente apreensíveis e transmissíveis, refutando visões anteriores nessa direção, como as teorias do espelho ou hipodérmica.

Para Barros Filho (apud SCHONS, 2019), que compreende tal apelo à objetividade como uma forma de violência simbólica, “a legitimidade do texto jornalístico advém de um reconhecimento de legitimidade outorgado à empresa jornalística. (...) quanto menos claramente subjetivo for o produto, mais eficaz ele será na construção da realidade social” (p. 81-82). Ora, se um texto é construído com

técnicas que lhe garantem objetividade, como se pode dizer que ele interfere na construção da realidade? Eis o velho e eficiente “ritual estratégico” de que nos fala Gaye Tuchman (1999) para salientar o esforço dos meios jornalísticos em se mostrarem “imparciais” e “isentos”, reforçando sua credibilidade e seu patrimônio simbólico junto aos públicos.

O fato é, porém, que essas interferências existem. Constantemente somos apresentados ao que é considerado como o comportamento moralmente aceito da época, aos padrões de gênero tidos como ideais, aos estereótipos de cada gênero, às tradicionais dicotomias homem x mulher, hétero x homo, casado x solteiro, entre tantas outras que por sua existência desqualificam e invisibilizam existências diversas e plurais.

De fato, as disposições mais inconscientes, como por exemplo as que resultam da interiorização de um *habitus* primário de classe, se constituíram através da interiorização de um sistema objetivamente selecionado de signos, índices e sanções, que nada mais são do que a materialização, nos objetos, nas palavras e nas condutas, de um sistema particular de estruturas objetivas. Tais disposições permanecem o princípio de seleção de todos os signos e índices produzidos pelas situações extremamente diversas que são capazes de determinar sua atualização (BOURDIEU, 2007, p. 161, grifo do autor).

Mas como tais interferências e processos de normatização ocorrem por meio dos discursos midiáticos? Um possível caminho para esta questão é apresentado por Noelle-Neumann (2019) em sua teoria da espiral do silêncio. Segundo a autora, os debates que circulam em meio à sociedade, especialmente aqueles de grande abrangência social e com múltiplas opiniões divergentes, provocam uma série de fatores sociopsicológicos nos indivíduos, que passam a pesar as consequências de expressar suas opiniões com base no que consideram ser a opinião majoritária.

Ao considerar que a opinião da maioria das pessoas a respeito de determinado tema é diferente da sua, avaliando o que é chamado de “clima de opinião”, os indivíduos tendem a se silenciarem por receio de represálias ou do isolamento. Neste sentido, os meios de comunicação contribuem para tal percepção de opinião por meio de três formas distintas:

(...) os *media* configuram impressões sobre quais opiniões são dominantes; configuram impressões sobre quais opiniões estão em crescimento e quais não estão; e configuram impressões sobre quais opiniões individuais podem ser articuladas em público sem risco de isolamento (ORTIZ, 2019, p. 259-260).

A partir dessa sistemática, tacitamente aceita, há um consistente processo de normatização e silenciamento de tudo o que possa abalar tais convicções. Mesmo quando algo disruptivo ocorre, temos um aparato referencial que leva aos padrões que provocam o cerceamento de pluralidades. Isso é perceptível no jornalismo quanto à sexualidade e ao corpo das mulheres.

Visibilidade e normatização

Como já observava Foucault (2015), a relação íntima entre poder e sexo permeia as relações humanas, e hoje é tratada com certa frequência nos veículos jornalísticos. Os temas acerca da sexualidade circulam nos meios de comunicação, criando impacto na sociedade, reformulando, talvez, os conceitos e normas morais já estabelecidas. Observa-se que a emergência de tais discursos se relaciona não mais apenas com o cotidiano produtivo e a autoridade do veículo, mas também com pressões externas, que exigem indiretamente sua existência. Conforme nos aponta Giddens (1993, p. 25), a sexualidade se mostra como conexão primária entre o “corpo, a autoidentidade e as normas sociais”. Neste sentido, a autoidentidade pode ser estabelecida através dos temas que abrangem a sexualidade e a intimidade apresentados nas mídias digitais, o que talvez tenha gerado novas normas sociais.

Temáticas que pertencem ao campo da sexualidade, nos mais diversos aspectos, estão presentes

em espaços jornalísticos com muito mais frequência que antes, mas a questão é saber de que forma essa visibilidade se dá. Em pesquisa anterior, pudemos constatar algumas dessas engrenagens de produção de sentidos, que se revelaram conflitantes e problemáticas inúmeras vezes, no âmbito do recorte então escolhido. Tomando-se edições do jornal Folha de S. Paulo, entre os meses de setembro e novembro de 2018 (a partir da reunião de um conjunto de matérias por meio do método da semana composta), e utilizando a Análise do Discurso, com a eleição de dispositivos e categorias (ORLANDI, 2012), constatou-se uma ampla gama de temas. Nesse levantamento, foram analisados 37 conteúdos publicados pelo jornal nas mais diferentes plataformas tomando-se o dispositivo da sexualidade, tendo em perspectiva discursos que aparentassem ser mais libertário em relação a determinados aspectos dessa temática e que ainda pudessem se configurar como tabus sociais.

A título de ilustração de movimentos que podem ser encontrados em veículos de comunicação mais tradicionais, podemos citar alguns resultados da referida pesquisa. Na ocasião, foi possível catalogar 11 categorias discursivas, separadas pelas temáticas contempladas pelo informativo em seus diferentes formatos, de matérias especiais a colunas fixas, de blogs à sessão de saúde. As categorias então elencadas foram: assexualidade, celebridades, comportamento feminino, comportamento masculino, LGBTQIA+, masturbação, orgasmo, pornografia, relacionamentos, saúde e sexualidade na infância. Dentro desse universo discursivo, não foi difícil constatar a onipresença de certas normatizações, que estão em intensa comunhão com violências simbólicas quanto à liberdade que deveria ser exercida quanto ao próprio corpo. Por mais que a linha editorial considerada democrática da Folha de S. Paulo tenha feito tentativas de emprestar mais visibilidade a tais tópicos, ainda se esbarrou com frequência em sentidos arraigados culturalmente numa sociedade patriarcal e machista.

O jornal faz tentativas genuínas no sentido contrário, mas acaba traído nesse objetivo por construções que colocam determinados comportamentos como excepcionais. Isso se deu, por exemplo, na categoria assexualidade, na qual a Folha de S. Paulo tentou demonstrar, com certa veemência, que o prazer sexual não necessita de um parceiro e que as pessoas que assim pensam – ou que refutam o sexo como algo essencial em suas vidas – sofrem preconceitos.¹ Dessa forma, optou-se por uma ênfase no fato de se tratar de uma minoria e não em um olhar mais amplo sobre a questão, o que contribui para a ideia de nicho e exclusão de quem pensa e age assim.

Na categoria das celebridades, o mesmo ocorre quando os textos analisados buscam reforçar que os famosos têm um comportamento sexual mais libertário, trazendo essa postura como um diferencial que chama a atenção, como algo que não está “dentro das normas”. Em ambas as categorias se percebe que a referência discursiva é uma dita “normalidade” que seria interrompida por posicionamentos quanto à sexualidade que, de tão diferenciados, merecem ser tratados como elementos quase exóticos. O discurso de liberdade quanto a tais questões mostra-se, assim, apenas superficial nesses conteúdos, uma vez que se leva em conta julgamentos e tabus na sua construção, ainda que seja no esforço de refutá-los, mas sempre os reconhecendo.

As falas das celebridades sobre suas vidas sexuais são, muitas vezes, vetores para que o tema seja abordado, como se os comportamentos íntimos de tais figuras públicas devessem ser de maior interesse. A lógica das audiências diz que essa premissa é verdadeira e a notoriedade é um clássico critério de noticiabilidade, mas isso demonstra mais uma vez por quais parâmetros principais o veículo se pauta na abordagem da temática da sexualidade. O comportamento de pessoas famosas ganha uma projeção que se baseia na mera curiosidade sobre a intimidade do personagem das matérias e artigos e não acerca das temáticas que podem ser levantadas para discussão. São os “novos olímpicos”, na definição de Edgar Morin (2011), que eclipsam os meros mortais em questões que são comuns a todos e que, quando abordadas, ganham a pecha de algo que pertence a um mundo à parte, ao universo da fama, “fora da

¹ Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2018/09/quem-sao-os-assexuais-relatos-de-brasileiros-que-nao-se-interessam-por-sexo.shtml>. Acesso em: 15 out. 2021.

norma”, portanto.

Isso contamina, por exemplo, debates que a Folha de S. Paulo trouxe, no período pesquisado, sobre temas como masturbação, orgasmo e pornografia, esta última categoria em associação estreita com a visibilização de fetiches sexuais. Temos aqui uma série de tabus que as normas vigentes tentam, de várias maneiras, coibir. Judith Butler (2015, p. 105) atesta que uma narrativa do eu no mundo só pode se dar se houver um reconhecimento do “outro”. “O outro representa a possibilidade de a história ser devolvida em uma nova forma, de os fragmentos serem ligados de alguma maneira, de alguma parte da opacidade ser iluminada”. Por sua vez, Michel Maffesoli pondera que “*reportamo-nos ao outro, sentimos como o outro, agimos como o outro, falamos como o outro*. Talvez até seria preciso dizer que somos sentidos, agidos, falados pelo outro” (2014, p. 123, grifo do autor). Mas qual é este “outro” que se revela em tais conteúdos jornalísticos? Numerosas vezes, são celebridades inacessíveis e idealizadas, que não pertencem à realidade de quem lê.

Essa condição faz com que os debates sobre liberdade sexual ultrapassem a simbólica do tangível e do alcançável, restringindo comportamentos menos normatizados apenas a “quem pode fazer isso”, pessoas endinheiradas, que ganham a vida com a exposição do próprio corpo e de seus relacionamentos, que são altamente desejadas e erotizadas. Na busca de redimir um pouco esse afastamento, o jornal entrevista pessoas anônimas e tenta imprimir aos textos linguagens mais populares, com a inclusão de termos que antes não seriam publicados. Isso revela uma naturalização de determinadas temáticas, mas ao mesmo tempo deixa entrever um esforço um tanto artificial, como se esses textos, tivessem o objetivo de “chocar”. Cai-se, novamente, em estereótipos, mesmo que de forma involuntária.

Há uma evidente tentativa de evolução, mas velhos vícios não são eliminados repentinamente. Há um processo em curso, nesse sentido, no qual são cometidos erros, mas também acertos. A Folha de S. Paulo abre espaços para visões menos arraigadamente machistas em suas publicações. Na referida pesquisa, constatou-se que há movimentos interessantes no sentido de atenuar o estigma de certos comportamentos historicamente associados a homens e mulheres. No blog X de Sexo, da Folha, comumente é destacado que as mulheres eram estereotipadas como românticas e virgens, modelo este que foi quebrado com a revolução sexual e avanços culturais, trazendo maior igualdade entre homens e mulheres, e a possibilidade de mais parceiros sexuais. Outra regularidade encontrada foi que a necessidade de prazer feminino é colocada em primeiro plano.

Já quanto ao que podemos chamar de comportamento masculino, os conteúdos publicados reconhecem que a figura do homem é tratada, historicamente, como detentora de maiores privilégios sexuais, o que é algo negativo e que vem sendo superado. Os textos destacam a característica machista da sociedade. Também como regularidade, é transmitida a ideia de homens mais preocupados com o prazer próprio do que com o da parceira, comportamento que é condenado. O comportamento sexual masculino é repetidamente criticado, por vezes tratado como infantil e egocêntrico. O ato masculino de se preocupar mais com o próprio prazer do que com o da parceira, assim como seus fetiches egoístas, são tratados de maneira negativa e condenável.

É uma luta elogiável, mas é preciso reconhecer que, mais uma vez, as normatizações vigentes ditam os caminhos jornalísticos que a Folha de S. Paulo trilha na direção que escolheu para tratar desses temas. São contingências que não podem e não devem ser ignoradas, mas o que se constata é que a violência simbólica, ainda que para ser duramente criticada, está sempre presente, agendando os debates. Os estereótipos machistas são refutados, mas antes são lembrados. Isso também se verifica quando o jornal trata de questões atinentes a relacionamentos amorosos. A primeira regularidade encontrada nesta categoria diz respeito à separação dos conceitos de sexo e amor. Foi constatado um distanciamento dessas duas ideias nos textos analisados, onde para se praticar sexo não precisa necessariamente ter um envolvimento amoroso, e vice-versa. Foram apontadas proximidades comportamentais recentes entre gêneros masculino e feminino, de modo a enfatizar que ambos têm tido hábitos e preferências sexuais

semelhantes graças a avanços culturais.

Há uma idealização, portanto, como referência, aquela que por tanto tempo foi monopolizadora dos ditames sobre relações amorosas. Essa normatização, uma vez mais, dita os rumos da discussão, com a Folha de S. Paulo trazendo visões que confrontam tais mentalidades, mas reconhecendo, obliquamente, seu poderio. O debate é conduzido exatamente pelos sentidos que tenta transformar. Isso faz com que as intencionalidades não transpareçam totalmente nos discursos, reformulando-os até certo ponto, mas reforçando-os por outro lado. Essa forma conscientizadora encontra falhas, uma vez que o que pretende combater tem tanto espaço quanto a alternativa de visão de mundo que é proposta. Tal organização discursiva gera polêmicas, nem sempre com o devido aprofundamento, relegando determinadas ideias a campos pejorativamente designados como “militantes”.

Isso pode ser visto nos tratamentos dispensados à categoria da pornografia, por exemplo. Foi encontrada uma divergência no conteúdo analisado referente aos relatos de consumo de pornografia. Embora tenham sido constatadas frases que descrevem o consumo de pornografia como algo agradável, também há relatos sobre os danos que a preferência a esse tipo de conteúdo pode gerar no indivíduo. Não se consegue disfarçar, nessa dicotomia, um tom moralista, uma vez que as normas condenatórias a tais posturas são tacitamente aceitas e recaem sobre o tema um sólido silenciamento que lhe dá um ar de algo proibido ou vergonhoso, que merece cautela.

Algo semelhante ocorre com os debates em torno das questões ligadas ao público LGBTQIA+. Como primeira regularidade, foi constatado que o jornal tratou a orientação sexual como algo passível de ser descoberto, adquirido, e não sujeita ao sexo de nascimento. Outra regularidade encontrada foi a de equivaler homossexualidade com heterossexualidade, num esforço de fazer com que a abordagem seja “natural”. Mas o problema estrutural está exatamente aí: a “naturalidade”. A ideia ultrapassada e preconceituosa de que orientações sexuais que não sejam as heteronormativas não são próprias “da natureza” deve ser duramente combatida, mas a constante repetição de que há quem não considere “natural” relações homossexuais ou bissexuais acaba por criar enunciações que sublinham, ininterruptamente, esses argumentos, dando margem a uma série de distorções e malversações até de dados cientificamente apurados.

Reconhecemos ser uma armadilha difícil de escapar, mesmo porque os discursos midiáticos estão embrenhados em mentalidades sociais e muitas delas são reacionárias e tentam impor normas e violências variadas. O desafio é, portanto, mesmo que em uma escala gradual, romper com tais estruturas sem que para isso seja necessário emprestar visibilidade justamente ao que se deseja superar. Nessa direção, alguns bons sinais podem estar vindo do chamado jornalismo alternativo, em que determinadas pautas são trazidas à tona e trabalhadas com uma mentalidade menos cerceada por pressões de audiência e grupos de poder de diferentes naturezas. Nesses conteúdos, verifica-se um aprofundamento mais destemido em relação a determinadas agendas, dando protagonismo às iniciativas que revelam potencialidades de mudança.

Não basta, portanto, trazer para o discurso tópicos que antes eram tabus, como masturbação feminina ou educação sexual na infância, como foi possível encontrar nos textos jornalísticos da Folha de S. Paulo, mas sim empreender esforços no sentido de que tais construções discursivas não pertençam ao universo do “exótico” ou do “rebelde” e sim se aproximem da vida cotidiana de todos os públicos. Iniciativas feministas que se propõem a desarticular violências simbólicas em torno do corpo deparam-se, obviamente, com os mesmos desafios e obstáculos. Esses espaços, porém, demonstram tratar de tais missões com menos pudores e de formas mais abertas, o que contribui para que os debates sejam menos superficiais e atinjam camadas que veículos mais tradicionais só agora começam a tentar alcançar.

Outras abordagens

Um exemplo interessante é a revista digital AzMina, site jornalístico que integra uma iniciativa mais ampla, o Instituto AzMina, que trabalha para que temas ligados às mulheres estejam em pauta com conteúdo mais amplo, que se posiciona de maneira explícita em prol de bandeiras históricas da autonomia das mulheres. “Produzimos informação de impacto, trazendo pluralidade de vozes e histórias para a rotina das mulheres” (QUEM, 2021). O diferencial deste espaço é a verticalização que promove na cobertura de temas ligados aos obstáculos que as mulheres enfrentam na sociedade, muitos deles ligados ao campo da sexualidade. Essa forma de trabalhar permite que o conteúdo não se restrinja a condenar comportamentos anacrônicos ou inadequados e se dedique a contemplar propostas, denúncias e análises que dão um passo além.

Editorias como Comportamento, Cultura, Maternidade, Violência, Feminismos e Saúde denotam as temáticas prioritárias desta iniciativa jornalística, que funciona no sistema de *crowdfunding* e está atenta não só ao noticiário mais urgente, mas investindo em coberturas mais amplas e que não estão necessariamente na agenda. Isso demonstra que, diferente da maior parte dos conteúdos analisados na Folha de S. Paulo, o site não é pautado por uma celebridade ou uma efeméride. Essa decisão é tomada de maneira mais orgânica, muitas vezes rompendo o silenciamento, a espiral que cala vozes mais polêmicas, confrontando os atributos que geralmente são condicionados para ganhar tal visibilidade. De certa forma, os materiais são mais objetivos, ganhando um perfil mais voltado para o serviço.

Na editoria Violências, por exemplo, há reportagens elucidativas sobre o que costuma acontecer depois que uma mulher denuncia uma agressão, a respeito da obrigatoriedade de as administrações de condomínios reportarem casos de violência doméstica, acerca da preferência do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) em atacar jornalistas mulheres. É também possível acessar reportagens que falam do luto das mulheres após um aborto, sobre o perfil de feministas negras brasileiras, que tratam da quantidade de casos de depressão e suicídios entre mulheres que são constantemente oprimidas. Não são pautas fáceis ou simples, que se esgotam em uma celebridade que mostra um comportamento mais libertário ou uma coluna que em que a masturbação feminina é exaltada,² sem uma contextualização ampliada. Se, por um lado, os textos da Folha de S. Paulo parecem priorizar determinadas questões que se aproximam das conhecidas “revistas femininas” quando o assunto é sexo – como descobrir o prazer com o clitóris, as possibilidades de uso de vibradores e brinquedos sexuais³ –, por outro, a revista AzMina, em reportagens ou colunas de opinião, elege outros vieses, como a história da visibilidade lésbica no esporte,⁴ a literatura produzida por prostitutas no Brasil,⁵ as dúvidas que acometem as adolescentes antes de perderem a virgindade.⁶

As armadilhas em que cai a Folha de S. Paulo, por exemplo, reafirmando estereótipos antes de tentar desmontá-los são, em grande parte, evitadas por AzMina, já que a revista vai ao cerne do problema de formas menos habituais, não recorrendo a apelos e impulsos que costumam transformar a sexualidade em algo espetacularizado, quase fetichizado, ainda que calibre o discurso para os tempos atuais, com maior autonomia das mulheres e vozes mais atuantes vindas das minorias. Problemas ligados à saúde sexual e à descoberta da sexualidade por parte das crianças são dois pontos esclarecedores na observação dessas diferenças.

2 Disponível em: <https://xdesexo.blogfolha.uol.com.br/2018/11/09/siririca-sonambula/>. Acesso em: 15 out. 2021.

3 Disponível em: <https://xdesexo.blogfolha.uol.com.br/2018/09/06/um-vibrador-para-chamar-de-meu/>. Acesso em: 15 out. 2021.

4 Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/secreto-e-proibido-uma-historia-sobre-a-visibilidade-lesbica-no-esporte/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

5 Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/a-literatura-produzida-por-prostitutas-no-brasil/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

6 Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/11-coisas-que-voce-precisa-saber-antes-da-primeira-vez/>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

Na Folha de S. Paulo, dentro do recorte pesquisado, a primeira regularidade encontrada nesta categoria está relacionada aos benefícios gerados pela prática sexual. O sexo é relatado como algo que traz benefícios para a saúde, que proporciona um melhor sono, e bom humor.⁷ Como regularidade, também foram identificados relatos sobre ações relacionadas à sexualidade que podem causar danos psicológicos, como o fato de a mulher ser acompanhante por dinheiro, ou consumir pornografia.⁸ Já em AzMina, prioriza-se o debate em torno do aborto seguro, de histórias de profissionais de saúde que lutam pelo bem-estar das mulheres que muitas vezes chegam com seus corpos violados e informações sobre contraceptivos.⁹ Jornalisticamente mais úteis, esses conteúdos também se destacam por não simplificar problemas com raízes muito mais profundas.

Isso fica ainda mais patente quando o tema é a sexualidade na infância, contemplado pela Folha de S. Paulo de uma maneira um tanto controversa. No tradicional jornal, dentro da pesquisa realizada, foi possível encontrar algumas regularidades discursivas. A primeira delas diz respeito à orientação sexual das crianças. A orientação sexual entre as crianças foi relatada como algo passível de ser “descoberta”, ou seja, algo que não está ligado ao sexo de nascimento. Também como regularidade, o sexo foi relatado como algo que gera interesse nos menores. Por último, a educação sexual foi abordada como necessária.

Já na revista AzMina, há uma extensa reportagem,¹⁰ que traz muitos vieses para a abordagem da questão, como a chamada “ideologia de gênero” nas escolas, sobre o temor de alguns pais de que o debate aberto sobre tais tópicos poderia afetar a orientação sexual de seus filhos e associando a educação sexual a formas de prevenção de abusos. Em outra matéria, a revista traz relatos impressionantes de crianças e adolescentes que testemunharam suas mães e avós serem assassinadas por agressores dentro do próprio lar.¹¹ Traumas e violências que surgem a partir de normatizações e opressões históricas e arraigadas, que merecem por parte da mídia tratamentos menos ligeiros. Só assim serão denunciados e combatidos de forma mais efetiva, sem que, ainda que não intencionalmente, revivam-se visões atrasadas e fetichizadas a respeito das violências que as mulheres costumam sofrer.

Considerações finais

Inserir debates mais profundos a respeito de silenciamentos e formatações de padrões, temas delicados e dolorosos tantas vezes emudecidos em nossa tradição social, ainda se revela um desafio que não é superado apenas por boas intenções. Abrir mais espaços para esses debates é um passo relevante, mas não se constitui como o único a dar uma solução a contento a tais déficits, históricos e culturalmente enraizados. Enquanto há a distração com as celebridades e o reforço tangencial de estereótipos, as verdadeiras discussões que devem ser feitas não encontram os devidos espaços para se desenvolver. As diferentes formas de a informação chegar ao público que os ambientes digitais possibilitaram com seu avanço tecnológico permitem que essa cápsula invisível seja rompida em muitos pontos. Nesse processo de aprimoramento, não há uma dicotomia absoluta entre a imprensa tradicional e a alternativa. Esta última também mostra falhas e equívocos, como qualquer atividade humana, mas existe atualmente outras condições de construção de discursos que não acatam as mesmas decisões editoriais, que temam o enfrentamento de tabus e que não enxerguem o mundo e as pessoas pelas mesmas lentes. A polifonia que

7 Disponível em <https://xdesexo.blogfolha.uol.com.br/2018/09/02/faco-muito-sexo-logo-nao-sou-sedentaria/>. Acesso em: 15 de out. 2021.

8 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/2018/10/anjos-pornograficos.shtml>. Acesso em: 15 de out. 2021.

9 Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/de-corpo-e-alma-na-luta-a-enfermeira-que-batalha-pelo-aborto-seguro-ha-40-anos/>. Acesso em: 15 de out. 2021.

10 Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/o-que-e-a-tal-da-educacao-sexual/>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

11 Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/filhos-violencia-genero-pandemia/>. Acesso em: 20 de nov. 2021.

o jornalismo pós-industrial oferece abre brechas para que os silenciamentos de alguns sejam contornados por outros.

Os temas ancorados na sexualidade são terreno fértil para tais silenciamentos, mas não por motivos de pudor ou por princípios. Afinal, nunca estivemos tão expostos e – tão dispostos a nos expor – como hoje. As redes digitais operam, em grande parte, no registro da curiosidade sobre a intimidade, com a evidente erotização de conteúdos e a celebração de quem esteja disponível a vender sua própria imagem como item de desejos. Os chamarizes de audiência contemplam essa erotização, revigorando critérios de noticiabilidade que já existiam antes do advento da internet, mas que se concentravam em determinados nichos. Essas fronteiras foram apagadas e podemos ver, convivendo sem maiores problematizações éticas, notícias de grande relevância social dividindo espaço com postagens íntimas em perfis pessoais de artistas.

É uma libertação do corpo, não há dúvida, mas não exatamente uma ausência de violência simbólica quanto à sua exploração ou o ingresso em temas que deveriam ser pautados com a mesma constância e empenho, mas que permanecem silenciados. Lidamos hoje com as notícias em fluxo ininterrupto, o que muda completamente a lógica de consumo e de leitura da realidade. Temos uma fluidez que pode afogar as temáticas que deveriam estar entre as prioritárias, mas que são escanteadas ou tratadas dentro da mesma concepção hedonista. Esse culto à imagem externa que é consumida nas redes norteia as abordagens, desvirtuando-as, muitas vezes. Uma reportagem sobre gordofobia, publicada na revista *AzMina*,¹² é uma iniciativa que vai de encontro a esses padrões que passaram a ser aceitos como se fossem libertários, mas que na verdade são opressores. A beleza a qualquer custo, a definição dos músculos, o desempenho sexual acima de qualquer crítica e a incitação erótica do desejo são, nos conteúdos analisados pela pesquisa citada, componentes de uma ideia errônea de empoderamento feminino. Na verdade, constituem elementos de supressão da identidade e normatização do comportamento e dos corpos da mulher, que se vê pressionada a se encaixar em tais padrões.

Muitas vezes, o feminismo é acusado de exercer patrulhas diante de estereótipos que continuam a preponderar, mesmo nos discursos jornalísticos que aparentemente buscam se desvencilhar de machismos e estigmatizações. Falar abertamente sobre masturbação, sexo na terceira idade e fantasias eróticas pode despertar interesses legítimos e tais temáticas devem ser contempladas, mas é bom salientar que elas não são emblemas de uma cobertura libertária sobre a sexualidade feminina. Trata-se de uma evolução em relação a silenciamentos quanto a esses tópicos específicos, mas não confrontam as bases dos problemas que calaram as mulheres não só nos espaços midiáticos, mas na sociedade como um todo. O jornalismo alternativo, ainda que padecendo de defeitos que comungam com outros veículos de comunicação mais conhecidos e tradicionais, conseguem avançar nessa direção, influenciando até seus pares mais convencionais. Pautas como o câncer em pessoas trans,¹³ os direitos reprodutivos na América Latina¹⁴ ou sobre sapatões e lésbiques não-binários¹⁵ são praticamente inexistentes em veículos que não tenham o compromisso que *AzMina* tem de se diferenciar dos demais espaços midiáticos por sua linha editorial engajada.

O chamado jornalismo alternativo abraça a representatividade sem que isso seja um impedimento para a produção de conteúdo confiável e bem apurado. Soltar essas amarras permite que tais espaços se

12 Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/como-a-midia-cria-estereotipos-que-impulsionam-a-gordofobia/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

13 Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/pessoas-trans-tambem-podem-ter-cancer-de-mama/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

14 Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/como-vao-os-direitos-reprodutivos-na-america-latina-durante-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

15 Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/sapatao-nao-binaries-nao-e-so-sobre-amar-mulheres/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

posicionem com mais veemência, não temam defender um lado da questão e assumam os enquadramentos que adota. É uma transformação de postura com perdas e ganhos, mas que não passa despercebida no que é produzido em termos de jornalismo, realocando lógicas que por tanto tempo contribuíram para a permanência de tratamentos de temas sem a devida força e coragem, acentuando sua padronização ou mesmo seu amordaçamento.

Uma revista digital que se define como feminista e antirracista, obviamente, tem muito mais liberdade para abraçar causas e estar na proa de determinadas lutas e campanhas. A questão do aborto, por exemplo, é uma pauta prioritária para AzMina e isso faz com que a cobertura do assunto seja muito mais ampla do que costuma ser em um órgão de imprensa tradicional. As iniciativas da Folha de S. Paulo – algumas delas emulando os espaços dados justamente pelos veículos alternativos, como blogs temáticos e colunas que se dedicam especificamente a assuntos relacionados à mulher e a debates sobre a sexualidade como um todo – demonstram que o jornal, com mais de um século de existência, tenta acompanhar a marcha do tempo e as transformações das mentalidades.

O que precisa ficar claro, porém, é que as padronizações persistem, as modelações de comportamentos e as cadeias que prendem debates por meio de tabus ainda podem ser percebidas na produção de conteúdo jornalístico. Se os veículos alternativos apontam possíveis caminhos, isso não quer dizer que eles detenham todas as respostas. Por outro lado, jornais tradicionais, como a Folha de S. Paulo, ainda têm um longo trajeto a percorrer e estarem cientes disso é importante para que não entrem em zonas de conforto, com a ilusão de que deixaram de incorrer em erros do passado quanto a violências simbólicas e estereótipos sobre sexualidades – sobretudo a feminina – pelo simples fato de anunciar que combatem tais ideias.

Pode ser que o nível de engajamento em determinadas causas por parte de um veículo de comunicação como AzMina seja malvisto por parte do público, mas consideramos que isso ocorre exatamente por sua capacidade de causar um choque nas visões que sempre imperaram acerca desses mesmos temas. Um choque que a Folha de S. Paulo não se mostra bem mais cautelosa em aplicar, o que também não é algo necessariamente negativo. São processos diferentes, mas que devem ser qualificados – ambos – para que não se tornem contraproducente. Afinal, por um caminho ou outro, o jornalismo de hoje não pode se abster da tarefa de confrontar violências simbólicas em relação às mulheres, seus corpos e sua sexualidade e um passo primordial nesse sentido é deixar de reproduzir tais preconceitos e julgamentos.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FRIEDMAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri/PUC Rio, 2016.

JORNALISMO profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância. **Folha de S. Paulo**, 12 mar. 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-2017/introducao.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2018.

MAFFESOLI, Michel. **Homo eroticus**: comunhões emocionais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. **The agenda-setting function of mass media**. Austin: 1972. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317122086_The_Agenda-Setting_function_of_mass_media. Acesso em: 20 dez. 2020.

MAKSUD, Ivia. **Sexualidade e mídia**: discursos jornalísticos sobre o “sexual” e vida privada. Maringá: Psicologia em Estudo, 2008.

MARCUSE, Herbert. **Éros et civilisation**. Paris: Les Éditions de Minut, 2018.

MILLET, Kate. **Sexual politics**. London: Hart-Davis, 1969.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: vol. 1 – neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A espiral do silêncio**: opinião pública – nosso tecido social. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2019.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

ORTIZ, Junia. Opinião e cenários comunicativos: influência de fatores contextuais nos processos sociopsicológicos da espiral do silêncio. **Opinião Pública**, v. 25, n. 2, p. 258-286, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/s9qcq8GjMMYZsc9BPhQ3Z9x/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2020.

QUEM somos. **AzMina**, sem data de publicação informada, 2021. Disponível em: <https://azmina.com.br/instituto-azmina/quem-somos/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA, Edna Maria Lopes. Representação da mulher na mídia: entre o poder e a resistência. **Anais do IV Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais**, Universidade Federal da Paraíba, 27 a 29 de novembro de 2013.

SILVA, Marcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo**: Um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SCHONS, Aline da Silva. **Mulheres em pauta**: as estratégias discursivas adotadas pelo jornal Folha de S. Paulo na cobertura do Dia Internacional das Mulheres no período de 1975 a 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2019.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e ‘estórias’. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

Rogério Pereira Borges é professor de Jornalismo e no Mestrado em Literatura na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás); professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG); pesquisador em pós-doutorado da Universidade Fernando Pessoa (UFP) – Porto – Portugal.